

“OUVI O CLAMOR DESSE POVO”: Estado, Igreja e sociedade civil na efetivação das políticas públicas no Brasil.¹

Josiel Luis Franco de Andrade Carvalho²

Antonia Valtéria Melo Alvarenga³

RESUMO

“OUVI O CLAMOR DESSE POVO”: Estado, Igreja e sociedade civil na efetivação das políticas públicas no Brasil, foi um trabalho investigativo que teve como finalidade compreender as relações entre as propostas que orientam as Campanhas da Fraternidade da Igreja Católica brasileira e as demandas sociais presentes nos contextos de suas manifestações, no recorte temporal de 2014-2019. Com o Concílio Vaticano II, a Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB passou a adotar o planejamento pastoral como orientação de sua prática de renovação, tendo como foco a integração da Igreja à sociedade civil, na aproximação com os movimentos sociais. Essa decisão da Igreja apresenta conexão com a realidade socioeconômica e política do país, no contexto das experiências dos governos civis- militares na América Latina. Nessa caminhada, a Igreja brasileira sustentou-se em fundamentos teológicos e políticos produzidas nas conferências latino-americanas realizadas nas cidades de Medellín - Colômbia (1968), Puebla no México (1979) e em Santo Domingo, na República Dominicana (1992), que tiveram como centro de debates os povos pobres deste continente. No referido contexto, emergiram no Brasil iniciativas de setores da sociedade civil e da Igreja que congregaram esforços na luta por uma sociedade mais humanizada. O objetivo deste estudo é procurar compreender como essa experiência pastoral-política vem sendo aplicada na Igreja brasileira. O estudo teve por base pesquisas bibliográficas e documentais realizadas em *sites* especializados relacionados a temas religiosos, leituras de materiais vinculados aos campos da História e das Ciências Políticas e outros que se mostraram importantes para a finalidade aqui estabelecida.

Palavras-chave: Igreja. Estado. Saúde. Campanha da Fraternidade.

ABSTRACT

“HEARD THE CLAMOR OF THIS PEOPLE”: State, church and civil society in the implementation of public policies in Brazil. was an investigative work that aimed to understand the relationships between the proposals that guide the Campaigns of the Fraternity of the Church Brazilian Catholic and the social demands present in the contexts of its manifestations, in the time frame of 2014-2019. With the Second Vatican Council, the General Assembly of the National Conference of Bishops of Brazil - CNBB began to adopt Pastoral planning as a guideline for its practice of renewal, focusing on the integration of the Church with civil society, on approaching social movements. This decision by the Church is connected with the country's socioeconomic and political reality, in the context of the experiences of civil-military governments in Latin America. In this journey, the Brazilian Church was based on theological and political foundations of orientation produced in the Latin American Conferences held in the cities of Medellín - Colombia (1968), Puebla in Mexico (1979) and Santo Domingo, in the Dominican Republic (1992), which had the poor peoples of this Continent as the center of debate. In that context, initiatives by sectors of civil society

¹ Pesquisa PIBIC/UEMA, realizada com bolsa FAPEMA

² Graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Realizou a pesquisa como bolsista PIBIC/ FAPEMA. E-mail: josielandrade00@gmail.com

³ Professora Adjunta da Universidade Estadual do Maranhão e da Universidade Estadual do Piauí. Emails: valterialvarenga@cchl.uespi.br / antoniaalvarenga@professor.uema.br

and the Church emerged in Brazil that joined forces in the struggle for a more humane society. The objective of this study is to try to understand how this pastoral-political experience has been applied in the Brazilian Church. The study was based on bibliographical and documentary research carried out on specialized sites related to religious themes, readings of materials linked to the fields of History and Political Sciences and others that proved to be important for the purpose established here.

Keywords: Church. State. Health Fraternity Campaign.

RESUMEN

“ESCUCHA EL CLAMOR DE ESTE PUEBLO”: Estado, Iglesia y sociedad civil en la implementación de políticas públicas en Brasil, fue un trabajo de investigación que tuvo como objetivo comprender las relaciones entre las propuestas que orientan las Campañas de la Fraternidad de la Iglesia católica brasileña y las demandas sociales presentes en los contextos de sus manifestaciones, en el período 2014-2019. Con el Concilio Vaticano II, la Asamblea General de la Conferencia Nacional de bispos de Brasil - CNBB pasó a adoptar la Planificación Pastoral como directriz para su práctica de renovación, con foco en la integración de la Iglesia con la sociedad civil, en el acercamiento a los movimientos sociales. Esta decisión de la Iglesia se vincula con la realidad socioeconómica y política del país, en el contexto de las experiencias de gobiernos cívico-militares en América Latina. En este camino, la Iglesia brasileña se basó en fundamentos teológicos y políticos producidos en las Conferencias Latinoamericanas realizadas en las ciudades de Medellín - Colombia (1968), Puebla en México (1979) y Santo Domingo, en República Dominicana (1992), que tuvo como centro de debate a los pueblos pobres de este continente. En ese contexto, surgieron en Brasil iniciativas de sectores de la sociedad civil y de la Iglesia que aunaron esfuerzos en la lucha por una sociedad más humana. El objetivo de este estudio es intentar comprender cómo se ha aplicado esta experiencia político-pastoral en la Iglesia brasileña. El estudio se basó en investigaciones bibliográficas y documentales realizadas en sitios especializados relacionados con temas religiosos, lecturas de materiales vinculados a los campos de la Historia y las Ciencias Políticas y otros que resultaron ser importantes para el propósito aquí establecido.

Palabras -clave: Iglesia. Estado. Campaña de Fraternidad Salud.

Introdução

“OUVI O CLAMOR DESSE POVO”: Estado, Igreja e Sociedade Civil na efetivação das políticas públicas de saúde no Brasil (2014 -2019), diz respeito a uma proposta de pesquisa que se insere no Campo da História Social e na linha de pesquisa Políticas Públicas. O presente estudo procurou compreender alguns efeitos sociais nas políticas públicas brasileiras, resultantes do Concílio Vaticano II e de modelos de abordagem da Igreja no mundo moderno. Com base no novo direcionamento da Igreja, a Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB passou a adotar o planejamento pastoral como orientação de sua prática de renovação, tendo como foco a integração da Igreja à sociedade civil e a aproximação com os movimentos sociais. A decisão da Igreja apresentou relação com a realidade socioeconômica e política do país, no contexto da experiência dos

“OUVI O CLAMOR DESSE POVO”: Estado, Igreja e sociedade civil na efetivação das políticas públicas no Brasil.

governos civis-militares na América Latina. A Igreja brasileira fundamentou-se teológica e politicamente, principalmente nas conferências latino-americanas realizadas nas cidades de Medellín-Colômbia (1968), em Puebla no México (1979) e em Santo Domingo, na República Dominicana (1992), que tiveram como centro de debates as questões sociais vinculadas aos povos pobres deste continente.

Nesse contexto, emergiram no Brasil iniciativas de setores da sociedade civil e da Igreja que congregaram esforços na luta por uma sociedade mais humanizada. Uma importante iniciativa foi realizada no início da década de 1960, por um grupo de padres nordestinos ligados ao movimento Cáritas brasileira, com a finalidade de arrecadar fundos para as atividades assistenciais e promocionais da instituição. A atividade foi denominada de “Campanha da Fraternidade” e teve o apoio financeiro de bispos norte-americanos. Assim nasceu o projeto anual dos Organismos Nacionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, e das Igrejas particulares no Brasil, em 1964, que nesses cinquenta e oito anos de existência têm trazido diferentes situações para reflexão da cristandade nacional.

A pesquisa caracteriza-se por ser de natureza teórica, amparada em fontes bibliográficas e documentais. A proposta apresenta-se como uma abordagem qualitativa, visto que possui como finalidade analisar a participação da Igreja Católica nos compromissos assumidos pelos governos e pela sociedade civil brasileira, para definição e garantia de serviços e políticas públicas de saúde no Brasil redemocratizado. Quanto à sua natureza, trata-se de uma pesquisa básica, por procurar produzir conhecimentos novos, úteis para o avanço da História Social e das políticas públicas de saúde. No que diz respeito aos objetivos, a proposta possui as características de uma pesquisa analítica, partindo da formulação de um problema e orientando-se à produção de explicações sobre a conjugação de esforços entre diferentes tipos de sujeitos sociais, políticos e religiosos na luta pela garantia de direitos fundamentais.

Para essa pesquisa realizou-se estudo bibliográfico e análises dos documentos religiosos que integram o *corpus* de textos sobre a doutrina social da Igreja; documentos referentes ao Concílio Vaticano II, disponibilizados pela Santa Sé em 2004, em um compêndio traduzido para o português; o *corpus* de documentos relativos às Campanhas da Fraternidade, às Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano, procurando entender como se estabeleceram essas relações na América Latina e os impactos que estes encontros episcopais produziam no continente, para os menos favorecidos da sociedade; Ações da CNBB perante a sociedade brasileira.

1 A Igreja contemporânea: atuação sociopolítica

O mundo moderno e secular mostra dificuldades em lidar com a relação Estado e Igreja⁴, embora esses dois entes sempre tenham partilhado os espaços que integram essa experiência, por destinarem suas ações para o mesmo fim: o homem em sociedade e a ordem social. Assim, a sociedade moderna vem tentando manter uma espécie de separação entre as áreas de atuação do político e do sagrado, buscando colocar o religioso fora do espaço definido para o temporal, notadamente o universo político, procurando imprimir ao Estado um formato cada vez mais laicizado.

Essa despolarização da Igreja têm bases tanto nos movimentos políticos burgueses contemporâneos, a exemplo de 1789 e do Iluminismo do final do século XVIII, quanto na história da reorganização da Igreja, principalmente no que ficou definido no século XIX, através da encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, como orientação para a construção da postura oficial dessa instituição milenar. Para a Igreja ocidental, a ninguém era lícito violar impunemente a dignidade dos seus semelhantes, pois nessa esfera todos eram iguais, independentemente de cor, raça ou classe social. Apesar desse posicionamento a instituição passou a direcionar suas ações para o campo assistencial, procurando abster-se de importantes questões político-sociais.

Embora, de fato, o mundo moderno nunca tenha conseguido produzir a cisão pretendida entre esses dois entes, é importante ressaltar que o surgimento do mundo moderno foi marcado pelo aparecimento de movimentos filosóficos e políticos que abalaram o poder da Igreja Católica Romana: o liberalismo, o racionalismo, o positivismo e o comunismo, concepções que fundamentaram as visões de realidades sobre o mundo, afastadas dos parâmetros orientados pela instituição milenar.

Camacho (1995), ao discutir a doutrina social da Igreja, chamou a atenção para a forma imprecisa em que foi realizada a posterior leitura dos documentos religiosos produzidos nesse período e, para a resistência demonstrada por alguns crentes em abordar, de maneira séria e responsável, as questões que integram o seu universo político. O referido autor destaca que esse comportamento afastou a cristandade da concepção tomista, por romper com uma compreensão que buscava manter o equilíbrio dos diferentes aspectos da justiça,

⁴ A Igreja que faremos referência nessa pesquisa será a Católica Apostólica Romana.

“OUVI O CLAMOR DESSE POVO”: Estado, Igreja e sociedade civil na efetivação das políticas públicas no Brasil.

empobrecendo a síntese produzida entre a concepção comutativa e a distributiva difundida por essa corrente do pensamento cristão.

Com os problemas sociais decorrentes da revolução industrial, grande parte das demandas sociais não conseguiu encontrar respostas satisfatórias em uma noção de justiça que se fundamenta nos individualismos extremos, próprias do liberalismo contemporâneo. Os fenômenos sociais passaram a ocupar o primeiro plano da realidade, fazendo surgir um campo de reflexão ética para o qual se encontra dificuldade em identificar materiais válidos na tradição. As desigualdades que haviam sido apresentadas como naturais ao longo da história, passaram a ser os principais e permanentes pontos de conflitos entre as pessoas, grupos sociais e os povos.

Desse modo, o século XX foi um momento de conturbações e transformações no contexto internacional, irradiando sentimentos generalizados de insegurança e de crises por diversas partes do mundo. Esse cenário afetou não só as bases materiais das sociedades do período, como promoveu o surgimento de crises sem precedentes no campo da economia e da política, atingindo a esfera da espiritualidade cristã, impelindo seus líderes a repensarem o papel das instituições que representavam. A Igreja Católica encontrando-se com a autoridade bastante abalada, entendeu ser o momento de ampliar sua representatividade perante o mundo moderno.

A Teologia política do mundo ocidental desenvolvido e a experiência da Teologia da Libertação praticada nos países em desenvolvimento, ofereceram as bases teológicas para repensar a função da Igreja no mundo, nas condições históricas contemporâneas. Para Camacho (1995), esse foi o substrato ideológico do movimento clerical que ficou conhecido como Concílio Vaticano II, XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica, anunciado em dezembro de 1961, através da bula papal "Humanae salutis", pelo Papa João XXIII, e iniciado em outubro de 1962. Alguns autores defendem que no século XX a Igreja teria colocado fim a tudo que vinha sendo desenvolvido em termos de doutrina social, pois depois do Concílio Vaticano II, novas plataformas foram oferecidas para a reflexão teológica da Igreja no mundo. A respeito das funções dos Concílios PASSOS (2014) afirma que:

A figura do Concílio apareceu quando a comunidade cristã começou a sofrer crises de consenso em torno de alguma doutrina ou de alguma prática; em termos weberianos, quando o carisma começou a ser rotinizado, já não tinha a força consensual espontânea nem a força da palavra do líder ou dos líderes da primeira geração. E para o estabelecimento do consenso já não bastava a experiência da salvação

vivenciada pela comunidade, agora distante de seu nascedouro original. Era necessário, então, que a razão entrasse em cena para esclarecer, fundamentar e definir o que devia ser aceito como bom e verdadeiro pela comunidade de fé, de modo a ser fiel às suas origens e a preservar vivo o carisma que daí receberia. (PASSOS, 2014, p. 06)

Embora as interpretações a respeito da importância desse evento ocorrido no seio da Igreja se dividam até hoje, ele segue orientando a comunidade cristã na perspectiva da “hermenêutica da ruptura” ou na concepção da “hermenêutica da continuidade”, ambas indagando sobre qual deve ser a posição da Igreja frente à sociedade moderna e seus problemas. Para aqueles que adotam a hermenêutica da ruptura, o Concílio Vaticano II teria sido uma oportunidade de reconciliação da Igreja com o mundo moderno, aceitando as situações históricas de uma sociedade secular e pluralista como desafio para sua missão. O outro lado, defende que o evento teria fortalecido um movimento de tendências modernistas que, desde o século XI, habita o seio da Igreja Católica criando condições para que aspectos heterodoxos e, mais aceitáveis do modernismo, fossem conciliados com o pensamento teológico tradicional, cedendo às “heresias modernistas” (MATTEI, 2017).

Contudo, o Concílio veio como um meio de trazer a Igreja para o campo das relações sociais, partindo do seu espírito doutrinário e reanimando vários dos segmentos da Igreja Católica que buscavam uma renovação nos dogmas religiosos, em um período da sociedade em que suas relações são fluidas. O Concílio foi um fato norteador no processo de transformação nas lutas pelos direitos básicos do cidadão. Passaremos a observar algumas dessas orientações a seguir.

2 Com os pés no chão: fraternidades e questões sociais no Cristianismo Ocidental.

As relações da Igreja com o mundo moderno integram uma disputa com diferentes ideologias políticas sobre as formas de interpretação da vida dos seres humanos. Essas diferentes concepções tiveram início quando a ciência, com sua teoria evolucionista, desafiou a explicação criacionista de fundamento religioso. Com a hegemonia do pensamento científico no final do século XIX e início do século XX, a Igreja teve sua autoridade abalada, reduzindo sua influência na formação da cristandade. Essa realidade fez a Igreja repensar as bases que orientavam a relação da instituição com os problemas sociais, com a vida dos seus fiéis e com a própria humanidade. Sobre esse aspecto Libâneo (2005, p. 10) afirma que “[...], o Concílio Vaticano II assumiu enfrentar tal problema e

“OUVI O CLAMOR DESSE POVO”: Estado, Igreja e sociedade civil na efetivação das políticas públicas no Brasil.

reinterpretar verdades de fé no novo horizonte das ciências modernas”.

2.1 Concílio Vaticano II

Como pode ser percebido no exposto, a Igreja do século XX buscou novos meios de transitar neste novo momento da sociedade, procurando construir um diálogo com o processo de modernização dos lugares e dos meios de comunicação, discutindo suas influências na esfera social e na vida dos seres humanos. Essas mudanças, no entanto, não acontecem de forma hegemônica e consensual. A Igreja como qualquer outro espaço de poder é território de muitas disputas, o que implica em permanente definição de estratégias para lidar com as ameaças de desorganização.

O contexto de produção e realização do Concílio foi bastante conturbado para a Igreja, não apenas do ponto de vista social. Ele decorreu de um período em que historiadores e membros da comunidade judaica acusavam a instituição de ter assumido uma postura de silêncio frente aos horrores produzidos pelo nazifascismo durante a Segunda Guerra. A escolha do Papa que substituiu Pio XII, esteve, portanto, relacionada com esse debate, com reivindicações de setores da sociedade para que a Igreja assumisse uma posição política ativa frente às grandes questões sociais do mundo moderno.

Mattei (2017 p. 94) coloca que “como todo conclave da história, também aquele que se seguiu à morte de Pio XII sofreu pressões e tentativas de ingerência política”. Todas as esferas da sociedade, sacro ou não, sofrem influência das diferentes ideologias do mundo. Aquele momento foi marcado pela dualidade de manter a Igreja na mesma linha adotada por Pio XII, ou procurar outro raciocínio para comandá-la. A posição assumida pela Igreja, mesmo que essa instituição estivesse passando por uma crise de legitimidade política, era importante para qualquer projeto de sociedade. Nesse sentido, Libâneo (2005) afirma que:

A morte de Pio XII não foi simplesmente o fim de um pontificado, mas o de uma era da Igreja. Um longo arco de dez séculos de modelo eclesial recebia um primeiro golpe de morte. Fatores externos e internos à Igreja provocaram o desmoronamento dessa concepção de Igreja, abrindo o espaço para a novidade do Concílio. (LIBÂNEO, 2005a, p. 9)

A escolha do novo Papa estava inserida nas disputas de interesses geradas pelo Pós-Guerra. A realidade de então mostrava as fragilidades da Igreja Católica para enfrentar os problemas do mundo, abrindo precedentes a questionamentos sobre a maneira de agir do

catolicismo. Desse modo, a escolha do novo representante do mundo católico foi orientada considerando o direcionamento político da Igreja. Mas uma coisa a comunidade cristã e os membros daquele conclave sabiam: qualquer que fosse a decisão, o novo chefe da Igreja teria que ser um líder religioso de transição, pelo fato de Pio XII ter sido um Papa que teve uma longevidade de 19 anos e, portanto, uma forte influência nas estruturas da Igreja.

Depois da eleição do cardeal Ângelo Roncalli, que tomou o nome de João XXIII, as transformações foram iniciadas no seio dessa entidade milenar. João XXIII foi o Papa que desafiando os setores mais conservadores dessa comunidade, iniciou o processo pela construção de uma nova Igreja. Após três meses da sua posse comunicou a necessidade de convocar um concílio ecumênico para pensar as ações da Igreja perante os desafios que surgiam no mundo. Libâneo (2005a, p.10) mostra que “o Concílio Vaticano II assumiu enfrentar tal problema e reinterpretar verdades de fé no novo horizonte das ciências modernas”, um evento conciliar que buscava modificar as relações dos indivíduos, em uma sociedade capitalista.

A Igreja iniciou um diálogo com a sociedade moderna, produzindo um novo conceito de sujeito social. Não poderia mais se manter ausente dos problemas que afetavam o mundo global e seus sujeitos. Questões como saúde, moradia, segurança, meio ambiente e paz deveriam ser debatidas por essa importante instituição e sua comunidade, objetivando a construção de um mundo melhor. A Igreja iniciava um longo caminho na nova orientação da humanidade. Não seria menos conflituoso, menos doloroso e nem resistido: era o direcionamento assumido daquele momento em diante. Mattei (2017) mostra as diferentes posições dos padres conciliares frente ao novo momento:

Mas se a maioria dos padres conciliares via no concílio uma ocasião para renovar a Igreja e dar novo impulso às suas atividades, havia uma minoria que pretendia, encontrar no evento conciliar a oportunidade para transformação radical das estruturas eclesiais. (MATTEI, 2017, p. 158)

Alguns padres conciliares viam no Concílio uma oportunidade para reestruturar as ações da Igreja perante o mundo, e impulsionar um sentimento de esperança nos diferentes clérigos. Com o tempo, esse movimento ocorrido no seio da Igreja Católica foi tornado ecumênico e voltou-se para os “homens ordinários” e suas relações com o mundo. Passos (2014, p.19), coloca que “O Papa Paulo VI comparava o Vaticano II à fonte de um rio que, desde então, corre para o futuro”. Esse movimento vem aproximando a Igreja da sociedade,

“OUVI O CLAMOR DESSE POVO”: Estado, Igreja e sociedade civil na efetivação das políticas públicas no Brasil.

que nesse processo procura a propagação do um carisma que tenha abertura para práxis social.

2.2 As Conferências de Medellín, Puebla e Santo Domingo.

A Igreja católica há muito vem sendo um dos instrumentos norteadores da sociedade e dos homens. Instituição de perfil bastante conservador, a partir do Concílio Vaticano II tem promovido a revisão de alguns dos seus fundamentos. Tais mudanças produzem efeitos na maneira como a instituição se mostra ao mundo e, especialmente, nas sociedades com grandes problemas sociais. Essas modificações serviram como base para as conferências latino-americanas, que integraram os debates sobre os rumos da América Latina (PASSOS, 2014). O novo modo de retratar a Igreja mostra um período de renovação nos seus dogmas, refletindo diretamente na posição dessa instituição em relação à população pobre deste continente.

Em suas aspirações teológicas e políticas a Igreja procurava se estruturar e consolidar normas. Os encontros episcopais latino-americanos realizados nas cidades de Medellín-Colômbia (1968), em Puebla no México (1979) e em Santo Domingo, na República Dominicana em 1992, assumiram o enfrentamento das questões sociais que identificam os povos latino-americanos: desigualdades sociais, analfabetismo, desemprego, modelo econômico com forte concentração de renda e exclusões. O setor progressista da Igreja brasileira integrou a luta pela causa dos pobres e menos favorecidos do continente e pela defesa permanente dos direitos humanos (AZEVEDO, 2004).

Assim, a necessidade de repensar as políticas da Igreja latino-americana depois do Concílio Vaticano II, trouxe a necessidade de convocar uma reunião episcopal no intuito de aplicar os documentos desse encontro, no ambiente da América Latina. Para esse propósito foi realizada a convocatória da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CGELA) no ano de 1968, em Medellín, na Colômbia - conhecida como “Conferência de Medellín”. Realizada para pensar os rumos da Igreja no continente que vivia sob governos militares autoritários, que restringiam direitos dos cidadãos. Com base nas circunstâncias produzidas por este momento, a Igreja passou a tomar partido em defesa das pessoas pobres da América Latina.

Durante a realização da Conferência de Medellín, foi debatida a situação das pessoas pobres e desvalidas da América Latina, com intuito de pensar políticas públicas que favorecessem a superação do quadro de miséria em que viviam (CAMACHO 1995). É possível perceber essa orientação em um trecho do documento de Medellín (1968), nas interpretações da vida de Jesus Cristo em paralelo à vida dos cidadãos do Continente latino-americano, entre a vida do Messias e do homem pobre da América Latina:

Assim sendo, não se acha “desviada”, mas “voltou-se para” o homem, consciente de que “para conhecer Deus é necessário conhecer o homem”. Pois Cristo é aquele em quem se manifesta o mistério do homem; procurou a Igreja compreender este momento histórico do homem latino-americano à Luz da Palavra, que é Cristo. Procurou ser iluminada por esta palavra para tomar consciência! Mais profundo do serviço que lhe incumbe prestar neste momento. (CONCÍLIO DE MEDELLÍN, 1968, p.1).

O principal foco da Conferência foi a procura por uma melhoria da qualidade de vida da população pobre, por meio de lutas por reformas sociais que beneficiassem as camadas mais carentes da sociedade. Na perspectiva de aplicar as orientações do Concílio Vaticano II para a realidade da América Latina, a Conferência de Medellín orientou aos católicos desse continente a uma renovação das práxis do evangelho e do modo de agir da Igreja, como pode ser percebido no trecho do documento abaixo:

Não teremos um continente novo, sem novas e renovadas estruturas, mas, sobretudo, não haverá continente novo sem homens novos, que à luz do Evangelho saibam ser verdadeiramente livres e responsáveis. Somente a luz de Cristo esclarece o mistério do homem. Sob essa luz, toda a obra divina, na história da salvação é uma ação de promoção e de libertação humana que tem como único objeto o amor. O homem é «criado em Cristo Jesus», feito nele «criatura nova» (2 Cor 5,17) (CONCÍLIO DE MEDELLÍN, 1968, p. 4).

O documento de Medellín informa sobre a nova missão da Igreja, que precisava se adequar ao contexto social e político de então, realizando uma evangelização pela defesa dos mais pobres e dos menos favorecidos. Para isso, fazia-se necessário uma reformulação em seus dogmas e, principalmente, uma reestruturação na forma de crença dos fiéis. Dentre os preceitos resultantes desse encontro para sua população alvo, estava a busca pela liberdade econômica e social de todos os sujeitos do continente. Essa palavra tem um significado muito importante naquele contexto de retração dos regimes democráticos no continente. Em termos

“OUVI O CLAMOR DESSE POVO”: Estado, Igreja e sociedade civil na efetivação das políticas públicas no Brasil.

práticos, as decisões tomadas em Medellín resultaram no movimento denominado de “Teologia da Libertação”, principal marca da Conferência (LIBÂNIO, 2005b).

Esse movimento organizou suas ações na luta pela liberdade dos povos do continente que se encontravam em opressão social, política e econômica. Os setores mais conservadores da Igreja colocaram-se contra os novos direcionamentos adotados em Medellín, passando a combatê-los de forma intensa. No entanto, os teólogos do período que concordavam com Medellín, católicos e protestantes, assumiram a libertação como paradigma de todo fazer teológico. A luta de Medellín foi a luta contra o egoísmo humano e em busca da dignidade. Essa aproximação da Igreja com os menos favorecidos era uma modificação da imagem de Deus e do mundo (LIBÂNIO, 2005b). Por ela o seu criador foi trazido para mais perto da sociedade, desmistificando os modelos pré-estabelecidos de um Deus inalcançável, para a imagem do criador mais acolhedor e preocupado com as camadas menos abastadas da sociedade.

A III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano ficou conhecida como o Encontro Episcopal de Puebla, realizado no México em 1979. Esse evento religioso teve como finalidade a continuidade das interpretações do Concílio Vaticano II, em um período de tempo mais distante. Desejou-se repensar a aplicabilidade do Concílio, dando continuidade ao que fora realizado na Conferência de Medellín e, especialmente, avaliar no 10º aniversário do referido encontro episcopal na América Latina, verificando como estavam organizadas as práticas religiosas da Igreja. A referida conferência orientou-se para o fortalecimento da comunhão e da participação dos fiéis em relação à Igreja, dando continuidade aos preceitos propostos na Conferência de Medellín, no tocante à maior participação dos grupos sociais desprovidos de assistência, a exemplo das mulheres, dos afro-americanos, das comunidades indígenas entre outros agrupamentos. (LIBÂNIO, 2005)

Esse novo campo de abordagem da doutrina social da Igreja na América Latina, a partir da terceira conferência, ampliou o olhar da instituição católica para um presente que necessitava agir para que a comunidade de Cristo construísse melhores perspectivas para o futuro. O propósito da conquista da liberdade continuava na pauta da Igreja, a luta era árdua, mas precisava ser realizada. Era necessário enfrentar as raízes dos problemas combatidos. Esse entendimento aproximou a Igreja das teorias de matrizes marxistas, que estão na base da Teologia da Libertação. Assim, a luta da Igreja sob os novos parâmetros saiu do campo exclusivo das transformações individuais e passou para a defesa das estruturas, com discursos e práticas que evidenciam a luta contra o capitalismo opressor. Esse movimento

da Igreja latino-americana aproximou-a das teorias e dos movimentos socialistas no continente, por haver uma coincidência de propósitos.

A Conferência de Puebla, embora tenha sido apresentada como um momento de avaliação das determinações de Medellín, foi motivada pelas grandes questões do contexto de sua realização. Incorporou questões que ganharam evidência no mundo e na América Latina no momento: a mulher, os grupos tradicionais, os menos favorecidos, de uma maneira geral eram protagonizados nesses debates. As décadas de 1970 e 1980, afetadas pelo agravamento da crise do petróleo, ampliaram problemas que vinham se mostrando crônicos no continente, a exemplo da concentração de renda, o que produzia dificuldades para a formação de uma sociedade capaz de garantir a autonomia necessária para uma vida com dignidade. É o que podemos perceber no trecho a seguir:

Os problemas: as injustiças de ontem e de hoje e a mudança sociocultural, na passagem para uma sociedade cada vez mais orientada e dirigida tecnicamente, com aspectos de progresso e verdade, mas em meio a profundos desequilíbrios, crescentes desigualdades e ameaças de maior domínio do homem pelo homem. O fenômeno negativo de uma crescente dominação, de uma crescente tecnocracia, não pode ser esquecido. Nossa preocupação em meio a essa problemática é tanto mais justificada quanto mais a sociedade e a cultura emergentes, que têm enormes possibilidades de libertação e aperfeiçoamento do homem, são caracterizadas por uma falta de formação mais profunda na fé; por situações lamentáveis de desrespeito à dignidade do homem e por um espírito secularista consumista tendente à negação do transcendente e à ruptura da comunhão filial com Deus e da comunhão fraterna entre os homens (CONFERÊNCIA DE PUEBLA, 1979, p. 47).

A Conferência de Puebla foi um alargamento nos dogmas das instituições religiosas e uma forma de repensar a estrutura da América Latina, bem como a ação do catolicismo frente às disfunções voltadas para o campo cultural e social. Partia-se do pressuposto que o catolicismo havia sido disseminado entre as camadas mais pobres da sociedade, mesmo entre os grupos étnicos que originalmente possuíam outros tipos de religião. Dessa maneira, a instituição possuía uma importância grande no processo de transformação necessário àquela sociedade. Fazia-se necessário uma humanização da Igreja de Cristo, promovendo uma aproximação do divino e da Igreja com os leigos.

Assim, a Conferência de Puebla foi a evangelização da Igreja na América Latina, com o pensamento no presente imediato e no futuro do continente, uma nova doutrina social da Igreja que defendia a liberdade e igualdade para todos. A partir da conclusão da Conferência de Puebla, a América Latina obteve um dos principais escritos do evangelho. Os setores da

“OUVI O CLAMOR DESSE POVO”: Estado, Igreja e sociedade civil na efetivação das políticas públicas no Brasil.

Igreja que aderiram ao movimento de renovação, orientaram seus escritos e suas falas para a interação com o contexto da comunidade. O “Santo Padre e Episcopado” deveriam ser um eco da própria mensagem de Jesus Cristo que nos envia a evangelizar: “Ide e pregai o Evangelho a todos os povos” (CONFERÊNCIA DE 1979). Procurava um meio de renovar o carisma do catolicismo na América Latina, busca a comunhão e a participação dos leigos na transmissão do evangelho para o futuro da Igreja no continente. Era uma reaproximação das instituições religiosas com as políticas públicas em defesa dos menos favorecidos.

A IV Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada na República Dominicana em 1992, voltou-se para a questão cultural como um novo caminho do trabalho da Igreja, que procurava pensar a cultura latino-americana. Um dos principais objetivos da conferência foi discutir as diferentes culturas latino-americanas e as posturas produzidas em relação às mesmas, definindo quais deveriam ser os novos comportamentos em relação a elas. Destacou-se o processo de urbanização que havia caracterizado o continente desde os finais dos anos 50 e inícios dos anos 60 do século XX, ressaltando como característica desse movimento a ampliação da ideia de progresso, no estímulo ao desenvolvimento dos recursos da natureza, que desumaniza e despersonaliza as criaturas humanas, tornando-as meros escravos do consumo. A IV Conferência do Episcopado Latino-Americano trouxe, então, o desafio de discutir a sociedade de massa, o consumismo e seus efeitos para os diferentes povos e culturas desse continente. (AZEVEDO, 2004).

A Conferência de Santo Domingo abriu o debate sobre uma questão importante na trajetória da presença da Igreja na América. Permitiu que fosse iniciada uma reflexão sobre sua participação no processo de povoamento da América Latina, que completou 500 anos de colonização, bem como de outros momentos históricos ao longo desse período. A crítica feita sobre esse item caminhou por uma posição negativa a respeito do comportamento da instituição, vez que esta adotou uma atitude de despreendimento do sentimento de culpa referente ao processo de colonização da América. A IV Conferência veio, no cenário de uma sociedade robótica, reavaliar o que deu certo nos outros encontros episcopais anteriores, reestruturar o que deu errado e repensar o modo de aproximação da Igreja e da sociedade (PASSOS, 2014).

O encontro episcopal de Santo Domingo discutiu como realizar uma interação das doutrinas religiosas e com as culturas locais, levando a imagem de Jesus Cristo como o propulsor das boas novas do evangelho na América Latina, mesmo que o catolicismo não estivesse aberto à interferência de outras culturas religiosas em seus dogmas. (LIBÂNIO,

2005b). Assim, apesar dos aspectos levantados pela crítica posterior, a conferência de Santo Domingo contribuiu para o processo de evangelização da América Latina e Caribe, ao renovar as práticas da Igreja em relação à sociedade moderna.

Pelo exposto, observa-se que as conferências tiveram papel importante na propagação das orientações do Concílio Ecumênico Vaticano II na América Latina, cada uma em sua forma de pensar os modos de convivência dos dogmas religiosos nos países latino-americanos. A ação de setores da Igreja Católica, ligados a esses concílios frente aos acontecimentos que aconteciam à sua volta, foi de enfrentamento às ações de torturas produzidas pelos regimes militares. As reações desses regimes tiveram alcance, portanto, não só para com a comunidade laica, mas fizeram suas vítimas entre alguns padres, que perderam suas vidas, foram presos e torturados por assumirem posição de combate a esses regimes civis militares. Setores da cristandade brasileira, o maior país da América Latina, integrou esse debate à sua luta social, através da Teologia da Libertação e de outros movimentos existentes no seio da Igreja, a exemplo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB.

3 A reestruturação da Igreja brasileira

No Brasil, a legitimidade religiosa e política da Igreja Católica está relacionada à própria formação da sociedade. Desde o processo de colonização, o modelo de catolicismo desenvolvido ficou conhecido como cristandade e teve seu desenvolvimento atrelado ao poder do Estado, dando-lhe suporte social, político e cultural. No século XIX tem-se um redirecionamento da Igreja brasileira, com o processo de romanização da instituição, quando ela passa a responder diretamente à autoridade do Santo Pontífice e não mais ao Estado. Isso coincidiu, em termos políticos, com a laicização do Estado e com a instituição da primeira Constituição do Estado republicano brasileiro. Porém, ainda na primeira metade do século XX, a congregação passou a difundir o movimento definido como nova cristandade, no qual a Igreja atuou com maior visibilidade na arena política, colaborando com o Estado na defesa da ordem social. Azevedo (2004), afirmou que:

A Constituição de 1934 registra alguns resultados dessa ofensiva, tal como a instituição do ensino religioso nas escolas públicas, a presença de capelães militares nas Forças Armadas e a subvenção estatal para as atividades assistenciais ligadas à Igreja. O processo de mudança de paradigmas na Igreja ganha força a partir dos anos de 1960, sob a

“OUVI O CLAMOR DESSE POVO”: Estado, Igreja e sociedade civil na efetivação das políticas públicas no Brasil.

influência do Concílio Vaticano II. Nas décadas de 1950 a 1960, a Igreja no Brasil prioriza a questão do desenvolvimento. Ao contrário da posição adotada diante do regime do Estado Novo, de Getúlio Vargas, em que a Igreja assumiu uma posição conciliatória diante do regime de exceção, a CNBB desempenha um papel chave na articulação da sociedade civil, em defesa dos direitos humanos, das liberdades democráticas, da reforma agrária, dos direitos dos trabalhadores e da redemocratização (AZEVEDO, 2004, p. 112).

Desde então, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB vem atuando para garantir visibilidade às questões prioritárias nas lutas por justiça social. Através das Campanhas da Fraternidade a Igreja vem escolhendo temas e lemas que norteiam a sociedade brasileira rumo aos novos caminhos carismáticos, configurados em três momentos: a primeira se iniciou em 1962 e foi até 1972, definindo-se pelo esforço de renovação da Igreja. No segundo momento, de 1973 a 1984, a Igreja voltou-se para a realidade social do povo humilde, denunciando o pecado social e promovendo a justiça. Por fim, na terceira fase, de 1985 a 2019, a Igreja passou a refletir sobre a situação existencial do povo pobre brasileiro. Assim, a terra, a família, as migrações, a comunidade, a fome, o negro, a mulher, a dignidade, a paz e o meio ambiente, foram alguns dos temas utilizados pela Igreja para pensar como estão sendo as práticas sociais perante esses problemas.

Um aspecto que tem assumido importância sem precedente no mundo moderno diz respeito à qualidade de vida dos sujeitos. Qualidade essa que está relacionada a inúmeros fatores, mas principalmente com o seu bem-estar e saúde. A saúde, com o processo de urbanização da última metade do século XX, tornou-se não apenas um bem individual, mas também um bem social, e mais que isso, um direito de primeira grandeza para qualquer cidadão, é condição primeira para o uso e gozo de qualquer outro bem. O avanço das ciências médicas e das tecnologias nesse campo tornaram possíveis as ações de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças e outras situações médicas. No entanto, embora essencial para o cidadão, nem todos têm acesso a esse direito.

3.1 Campanhas da fraternidade e políticas públicas de saúde.

A Igreja católica brasileira busca com a instituição da Campanha da Fraternidade trazer para o campo do debate temáticas que são importantes para pensar o direito e o dever das pessoas humanas. Através das temáticas anuais, as campanhas buscam melhorar condições de injustiça e sofrimento que pairam sobre a sociedade. Em entrevista concedida para

pesquisa, Pe. Patriky Samuel Batista, atual Coordenador Nacional da Campanha da Fraternidade no Brasil⁵, falou a respeito da relação que os temas e lemas das campanhas apresentam com as demandas sociais. Segundo o clérigo, o objetivo da Igreja com as campanhas é produzir uma sensibilização da sociedade e das autoridades públicas para questões prioritárias em cada contexto social. Essas escolhas são realizadas levando em consideração três eixos: opção preferencial pelos pobres; proximidade da Igreja com as comunidades e seus problemas e, por último, a decisão da Igreja. Tais eixos permitem observar as orientações definidas pela Igreja tanto no Concílio Vaticano II, como nas Conferências Episcopais realizadas na América Latina, ao posicionar-se em favor de uma vida com dignidade para todas as pessoas.

Para a definição dessas temáticas o religioso afirmou que a Igreja utiliza experiências como as desenvolvidas pelas pastorais, dialogando com setores leigos que apresentam representatividade diante dos grupos sociais, a exemplo dos movimentos sociais, associações de bairros, grupos profissionais e outros. O tema é escolhido em um seminário nacional, depois de receber sugestões e compilar dados das situações que são apresentadas à Igreja no decorrer do ano. Outro documento importante acerca das ações da Igreja são as diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, por apresentar orientações, através das pastorais, de movimentos e grupos religiosos que se apresentam em consonância com o cotidiano do povo brasileiro. Nesse estudo, serão privilegiadas as questões voltadas para saúde pública, procurando identificar como a Igreja vem posicionando-se em relação a esse direito social e coletivo.

O documento base de 2012 apresentou importante texto para a compreensão de como ocorre a participação da Igreja em relação aos problemas de saúde pública. Em sua análise é possível perceber a presença de propostas que orientam as formas de participação da sociedade civil com essa temática, a exemplo dos seguintes comandos: trabalhar, com as comunidades e os grupos pastorais em geral, datas ligadas à saúde, mostrando a importância de um estilo de vida saudável; incentivar as comunidades a promoverem seminários, cursos e encontros de conscientização e formação política; criar, na Pastoral da Saúde, um trabalho específico tanto de evangelização como com os agentes da área de saúde; articular a participação efetiva de membros das comunidades nas instâncias colegiadas do SUS (conselhos municipais e conferências de saúde), nas três esferas de governo, oferecer-lhes

⁵ Coordenador Nacional da Campanha da Fraternidade no Brasil. Entrevista concedida à pesquisadora Antonia Valtéria Melo Alvarenga, em outubro de 2020, de forma on-line.

“OUVI O CLAMOR DESSE POVO”: Estado, Igreja e sociedade civil na efetivação das políticas públicas no Brasil.

respaldo e acompanhando-os nesse trabalho; criar observatórios locais da saúde, com membros competentes e idôneos, que se tornem referências para a população.⁶

Para tanto, é necessária uma estrutura mínima de ouvidoria, diagnóstico, pesquisa, comunicação, monitoramento das iniquidades em saúde e, ainda, a orientação para o estabelecimento de parcerias com a Defensoria Pública, Controladoria Geral da União (CGU), Advocacia Geral da União (AGU), Procons, Ministério Público, Fóruns de Justiça, dentre outros, para denunciar situações de irregularidade na condução da coisa pública;

Cabe ressaltar a importância das atividades pastorais como articuladoras de um estilo de vida saudável, do incentivo à participação política e a formação da cidadania, e em especial a pastoral que atua diretamente sobre as questões de saúde pública: a pastoral da saúde. Esta pastoral tem como objetivo, segundo seu portal oficial, “priorizar a vida e testemunhar o Evangelho no mundo da saúde”. Foi criada em 1986 e possuía em 2012 cerca de 80 mil agentes voluntários, atuando também em convergência com a CNBB. Em Teresina a pastoral atua como Diaconia da Saúde tanto promovendo assistencialismo em saúde como a luta por melhorias nas políticas públicas de saúde.

Outro fator importante é a parceria com as instituições públicas, com o objetivo de denunciar situações de irregularidades públicas e a participação da comunidade em defesa do fortalecimento das atividades do SUS. Em suma, os direcionamentos almejam maior articulação entre Igreja, Estado e sociedade civil, acreditando que através da atividade pastoral é possível reduzir os problemas sociais que existem no Brasil. Dessa maneira, outro ponto a ser destacado é o diálogo com os temas das campanhas dos anos anteriores, o que denota que as preocupações não se resumem somente ao ano em que estão em voga as discussões, mas constituem-se em um processo que se fortalece a cada ano.

Considerações finais

Um dos eventos que modificou as relações da comunidade religiosa católica no mundo foi o Concílio Vaticano II. Esse movimento, ocorrido no seio da Igreja, surgiu em um período em que as práticas de evangelização da instituição estavam sendo avaliadas como ultrapassadas e desconectadas das demandas sociais, notadamente dos grupos que são representados na promessa de Cristo. Após a morte do Papa Pio XII, esse debate ganhou

⁶ Idem.

maior evidência, exigindo da cúpula da Igreja que assumisse uma práxis mais comprometida com os pobres, os mais humildes, com aqueles que necessitavam de apoio e acolhimento social. A escolha de João XXIII como Papa permitiu essa renovação no seio da instituição religiosa mais tradicional do mundo Ocidental. O Concílio Vaticano II, realizado em 1962, iniciou uma nova etapa da caminhada cristã.

O Concílio foi o ato de repensar as ações da Igreja no mundo, atualizando sua doutrina social pela aproximação com setores sociais marginalizados nos contextos sociais modernos. Esse aspecto foi especialmente importante no contexto dos governos civis-militares da América Latina. As conferências episcopais latino-americanas realizadas nas cidades de Medellín-Colômbia (1968), Puebla no México (1979) e em Santo Domingo, na República Dominicana em 1992, assumiram o debate sobre as questões sociais que marcam a sofrida trajetória de grupos de povos latino-americanos: desigualdades sociais, analfabetismo, desemprego, modelo econômico com forte concentração de renda e exclusões. O setor progressista da Igreja brasileira integrou a luta pela causa dos pobres e menos favorecidos do continente e pela defesa permanente dos direitos humanos (AZEVEDO, 2004).

No Brasil, a Igreja iniciou a vivência da nova doutrina social através da atuação da CNBB. Com o intuito de promover uma reestruturação nas formas de pensar e agir da Igreja nacional, modificando seu olhar em relação às ações políticas destinadas a servir a parcela mais pobre da sociedade. As campanhas da fraternidade, iniciadas em 1964, apresentam como finalidade mostrar o compromisso da Igreja com as causas fundamentais à garantia da dignidade, da igualdade, da justiça e da paz social para todos os seres humanos. Também vêm incorporando ao seu temário questões ambientais e outras que passaram a fazer parte das demandas sociais. Um tema importante para essa pesquisa foi o compromisso da Igreja com a saúde pública, constitucionalmente definida pela Constituição Nacional como um direito humano.

A campanha da fraternidade de 2012, com o tema “Fraternidade e saúde pública” e o lema “Que a saúde se difunda sobre a terra” buscou inspirar a sociedade, as autoridades públicas e profissionais da saúde a buscarem inspiração para a cooperação no avanço do sistema público de saúde através do trabalho com as comunidades mostrando a importância de se desenvolver um estilo de vida saudável, incentivando a participação política e a formação da cidadania plena, pelo atendimento dos direitos básicos como moradia, alimentação de qualidade, segurança e saúde para todos. Nessa pesquisa,

“OUVI O CLAMOR DESSE POVO”: Estado, Igreja e sociedade civil na efetivação das políticas públicas no Brasil.

procuramos mostrar o papel da Igreja na sociedade para a consolidação desses direitos, especialmente por aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Referências:

AZEVEDO, Dermi. A igreja católica e seu papel político no Brasil. In: **Revista Estudos Avançados**, 18 (52), 2004. pp.109 a 120.

CAMACHO, Ildelfonso Laraña. **Doutrina social da igreja**. Edições Loyola: São Paulo, 1995.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. IN: . **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão teórica Arno Vogel. 3. ed. Rio de Janeiro; forense, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998, Vol. 1.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1962-1965, Cidade do Vaticano. Ad Gentes. In: VIER, Frederico (Coord. Geral). **Compêndio do concílio Vaticano**. V II. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretrizes gerais da ação evangelizadora da igreja no Brasil**. 2011-2015. 3 ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Paulinas, 2011. (Documentos da CNBB n. 94).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Orientações pastorais sobre a renovação carismática católica**. 9 ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Paulinas, 2009. (Documentos da CNBB n. 53).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 2014: Manual**. Brasília, edições CNBB, 2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade de 2015: Manual**. Brasília, edições CNBB, 2014.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 2016: Texto-Base**. Brasília, edições CNBB, 2015.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 2017: Manual**. Brasília, edições CNBB, 2016.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 2018: Manual**. Brasília, edições CNBB, 2017.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 2019: Manual**. Brasília, edições CNBB, 2018.

III CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. Conclusões de Puebla: **A evangelização no presente e no futuro da América Latina**. São Paulo: Edições Loyola. 1979

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO VATICANO II. Disponível em

[http:// www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm). acessado em 5/ 08/ 2019.

LIBANIO, João Batista. **Concílio vaticano II**: em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005a.

LIBÂNIO, João Batista. **Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento**. UNISINOS, Cadernos Teologia Pública Ano 2 – Nº 16 –2005b. Disponível em:<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/teopublica/> pdf. Acessado em 20/11/2019.

MATTEI, Roberto de. **O concílio vaticano II uma história nunca escrita**. Editora Ambiente e Costumes, 2017.

PASSOS, João Décio. **O concílio vaticano II**: reflexões sobre um carisma em curso. São Paulo: Paulus, 2014. — (Coleção Comunidade e missão), 2014.